



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/06/2011

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AVISO.....	1
1.2. COMARCAS.....	2
1.3. JULGAMENTOS.....	3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. JULGAMENTOS.....	4 - 7



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2011
Processo n.º 5602/2011

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos, instalados no Tribunal de Justiça do Maranhão e Fórum Des. Sarney Costa, no dia 28/06/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 10 de junho de 2011.

JOANNE DIAS CUNHA

Pregoeira TJ/MA

Mal informada

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) informa que 27 juízes foram ameaçados de morte.

Inclui na relação a juíza de Rosário, quando na verdade o juiz de Tuntum teve sua casa crivada de balas e a juíza de Cururupu recebeu fortes ameaças.

A AMB, portanto, está mal informada sobre o que acontece com membros da magistratura no Maranhão.

Como será?

A prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio (PDT), deve anunciar hoje como ficará a sua equipe de trabalho.

A expectativa é que ela promova alterações no secretariado, consumando o que foi previsto quando ela sofreu afastamento por decisão judicial.

Uma certeza: nenhum dos nomeados pelo governo fugaz do vice-prefeito vai continuar no cargo.

Não acabou?!

Ninguém aposta que a crise política e administrativa de Paço do Lumiar já tenha sido encerrada.

Ao contrário, a expectativa dominante é a de que o município será novamente sacudido por decisões judiciais que têm como alvo a prefeita Bia Venâncio.

A classe política do município encontra-se em compasso de espera.

■ Ação contra

Os deputados devem ficar, no entanto, com um pé atrás por conta da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que a OAB-MA deu entrada no Tribunal de Justiça contra a resolução da AL que regulamenta as competências do Legislativo visando à criação de municípios no Estado.

Governo tenta diminuir os conflitos em áreas quilombolas do Maranhão

Em reunião realizada no sábado (11), sob coordenação do vice-governador Washington Luiz Oliveira e com presença de secretários estaduais e de lideranças das comunidades do quilombo do Charco, de São Vicente Férrer, foram apresentados e discutidos os próximos pontos da pauta acertada e que ajudou a pôr fim ao movimento quilombola, na noite de sexta-feira (10).

Após intensas negociações com os Governos do Estado e Federal, os quilombolas, que estavam acampados na sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em São Luís, desde 3 de junho, cessaram a greve de fome iniciada na quinta-feira (9).

No encontro deste sábado (11), foi discutida a agenda a ser tratada por ocasião da vinda de ministros ligados à questão, uma das principais solicitações quilombolas, e a retomada do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da proposta de Lei 9.169/2010 que trata de regularização fundiária (o grupo é composto por

representantes do Governo e das entidades da sociedade civil). Estiveram presentes as secretárias de Estado de Direitos Humanos, Luiza Oliveira; de Desenvolvimento Agrário, Conceição Andrade; de Igualdade Racial, Claudett Ribeiro; e o delegado geral de Polícia Civil, Nordman Ribeiro, representando o secretário de Segurança, Aluisio Mendes. Também participaram, a convite do vice-governador, os representantes da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), Reinaldo Sales Avelar e Maria José Palhano.

O vice-governador destacou a importância do envolvimento das secretarias de Estado de forma articulada e com apresentação de propostas concretas ao movimento dos quilombolas. "As áreas afins do Governo do Estado já estão envolvidas no processo. Precisamos agora encaminhar todos os pontos que são de responsabilidade do Governo do Estado e negociar os que são do Governo Federal. Nesse ponto, destaco a participação da Secretaria

de Estado Direitos Humanos, por isso estamos construindo a agenda com os ministros de forma permanente e conjunta", assinalou Washington Luiz.

Na reunião, ficou acertado para esta segunda-feira (13) um encontro intergovernamental com os secretários estaduais para discutir a questão. Na terça-feira (14), o Governo Federal enviará representantes para tratar da agenda dos ministros e do encaminhamento das propostas. Já na sexta-feira (17), o grupo que está trabalhando a questão vai se reunir para apreciar a proposta do projeto de Lei.

Para Luiza Oliveira, as providências sobre a questão já vinham sendo tomadas junto à Secretaria Estadual de Segurança e à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. "A Secretaria de Estado de Direitos Humanos tem o papel de receber as denúncias de violação de direitos, acompanhar e encaminhar às autoridades competentes, como estamos fazendo com as secretarias citadas e o Poder Judiciário", afirmou.

O representante da Associ-

ação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconerug), Reinaldo Sales Avelar, ressaltou que o movimento sempre foi pacífico e apenas visava chamar a atenção da sociedade e dos governos para a necessidade de implantação das políticas públicas e a demarcação urgente das terras das comunidades quilombolas.

Sales destacou ainda o interesse do Governo do Estado em abrir um canal de negociação com o movimento. "Quero realçar o esforço do vice-governador e dos secretários do Estado na busca pela solução dos problemas que tanto estão nos afligindo. É é louvável que esses assuntos estão sendo discutidos", declarou.

Solicitações - Durante as

negociações para o fim do movimento, as principais solicitações dos quilombolas foram a confirmação da vinda ao Maranhão das ministras de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, e da Igualdade Racial, Luiza Bairros, e a garantia da proteção às 58 pessoas ameaçadas.

DE PRIMEIRA

O retorno de Bia

Demorou mais do que o normal que a prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio, retornasse, por determinação judicial, na semana passada, ao comando administrativo do município após ter sido cassada.

Os aliados e a própria prefeita realizaram uma grande festa popular para marcar o retorno, com garantias de que o volume de obras será intensificado.

Coube ao desembargador Paulo Velten conceder liminar determinando a volta imediata da prefeita ao cargo, restabelecendo a ordem das coisas.

De acordo com a decisão do desembargador, na ação contra a prefeita, não houve uma referência para justificar o seu afastamento do cargo "a que foi alçada pela vontade popular".

Com a decisão, Raimundo Filho, que está rompido com a prefeita e já havia nomeado secretariado, retornou ao cargo de vice-prefeito.